



CLIPPING



05 de
Abril
2022

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

REPÓRTER

70

EMPOUCASLINHAS

- O Poder Judiciário do Estado do Pará entregou, na semana passada, o novo Fórum da Comarca de Muaná, município na ilha do Marajó.
- A corregedora-geral do Tribunal de Justiça do Pará (TJPA), desembargadora Rosileide Maria da Costa Cunha, comandou a cerimônia de inauguração.
- O novo Fórum funciona agora em um prédio de 300 metros quadrados, divididos em salão do júri, sala de audiências, secretaria, carceragem, sala para depoimentos especiais para crianças e adolescentes, além de salas para uso da Defensoria Pública, Ministério Público e Ordem dos Advogados do Brasil Seção Pará.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Dupla é presa em flagrante pelos crimes de sequestro e associação criminosa, em Marabá

Vítima era mantida em cárcere privado dentro da própria residência

Por g1 Pará — Belém

04/04/2022 23h55 · Atualizado há 10 horas



A Polícia Civil, em apoio com a Polícia Militar do Pará, capturou e prendeu em flagrante dois homens pela prática dos crimes de sequestro, cárcere privado e associação criminosa, em [Marabá](#). A prisão ocorreu na última sexta-feira (1º) e foi divulgada nesta segunda (4).

A polícia recebeu informações de que uma adolescente estava sendo mantida em cárcere privado por uma dupla que integrava uma facção criminosa.

Quando a polícia chegou ao local onde a vítima estava sendo mantida em cárcere privado, os dois suspeitos fugiram.

A adolescente indicou a residência de um dos homens que, ao ser abordado em flagrante, confessou que sequestrou a vítima, junto com outro homem e um "olheiro".

Um dos envolvidos conseguiu fugir e diligências seguem sendo feitas pela polícia para localizá-lo. Os demais suspeitos foram conduzidos para a 21ª Seccional Urbana de Polícia Civil.

Na mesma ocasião, a polícia cumpriu um mandado de prisão preventiva contra um dos homens, pela prática do crime de homicídio.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Golpe de mais de R\$ 200 mil no PA: estelionatário falsifica documentos e abre contas em nome de servidores

Homem usava documentos falsos com nomes de servidores públicos para abrir contas em bancos digitais, e depois pedia portabilidade do salário destas vítimas.

Por g1 Pará — Belém
03/04/2022 17h18 · Atualizado há um dia



Um esquema de falsificação e golpe financeiro contra servidores públicos do Pará foi alvo de operação da Polícia Civil. Segundo informações deste domingo (3), o estelionatário falsificava documentos e abria contas em bancos virtuais em

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

nome de servidores públicos. A estimativa é que o homem tenha movimentado um valor de R\$ 215 mil.

A operação Forquilha cumpriu mandado de busca e apreensão em duas residências em Belém vinculadas ao homem responsável pelos crimes. Nos locais foram encontrados documentos e diversas cédulas de identidades sem fotos. O material apreendido será encaminhado para perícia. O suspeito foi preso no Ceará, acusado de estelionato virtual e falsidade ideológica no Pará.



Nas casas do suspeito em Belém, foram encontrados documentos e diversas cédulas de identidades sem fotos.

— Foto: Ascom/PC

O esquema

Durante as investigações, foi constatado que ele usava documentos falsos com nomes de servidores públicos para abrir contas em bancos digitais. Com as

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

contas aprovadas, o acusado solicitava a portabilidade do salário destes servidores, que acabavam ficando sem acesso aos valores, pois o dinheiro passava cair em outra conta, sob controle do investigado.

De acordo com a delegada Maria de Fátima Chaves dos Santos, responsável pelas investigações do caso, pelo menos dez contas bancárias foram abertas utilizando documentos falsos. A estimativa é que o homem tenha movimentado um valor de R\$ 215 mil. “Após tomar posse dos salários dos servidores, o criminoso passou a ostentar vida farta nas redes sociais, na cidade de Fortaleza, onde passou a residir desde o início do mês de março”, destacou a delegada.

O rastro digital deixado pelo criminoso ao abrir contas e ao movimentar o dinheiro extraviado dos servidores foi investigado pela Polícia Civil, através da utilização de técnicas de investigação que tornaram possível a identificação de indícios de autoria e materialidade, que culminaram com o pedido de prisão preventiva contra o acusado.

O delegado-geral da Polícia Civil, Walter Resende, reforçou a atuação da Polícia Civil no combate a crimes no Pará. “O criminoso estava residindo no Ceará, de onde aplicava golpes que lesavam servidores públicos do Pará. Através do trabalho de investigação foi possível chegar ao acusado. A PC não tem medido esforços para coibir a prática de crimes dessa natureza no Pará”, disse Walter Resende.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Bando é preso com armas, munições e armadilhas, em Ipixuna do Pará

Também foram encontrados três facões, cinco facas, um binóculos, um monóculo de visão noturna, dois rádios, um GPS, quatro lanternas e 53 armadilhas do tipo “bufete”



O Liberal



Indagados sobre as armas, todos os cinco abordados admitiram que estariam retornando de uma fazenda no município de Paragominas, sudeste paraense, e que haviam praticado caça de tatus e pacas, o que é proibido por lei. (Divulgação/ Ascom PRF)

Na madrugada desta segunda-feira (4), a Polícia Rodoviária Federal (PRF) apreendeu **cinco armas de fogo e 133 munições**, durante fiscalização no quilômetro 215 da BR-010, em Ipixuna do Pará, no nordeste paraense. **O armamento e as munições foram encontrados no interior de um veículo de passeio.**

A equipe solicitou o **desembarque dos cinco ocupantes do veículo** para a realização dos procedimentos de **fiscalização**. Nesse momento, **um dos passageiros admitiu estar de posse de um revólver**, que foi localizado

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

embaixo de um dos bancos. O homem afirmou que possuía a arma há cerca de 15 anos e que **nunca possuiu a documentação legal do armamento**.

Na sequência, a equipe seguiu na fiscalização ao veículo e localizou ao lado do banco do motorista, uma **pistola carregada** e mais um **carregador alimentado de munições**. Ainda durante as buscas, a **equipe encontrou mais três espingardas**.

Indagados sobre as armas, todos os **cinco abordados admitiram que estariam retornando de uma fazenda** no município de Paragominas, sudeste paraense, e que haviam praticado **caça de tatus e pacas, o que é proibido por lei**.

Além das armas de fogo e das 133 munições, também foram encontrados **três facões, cinco facas, um binóculo, um monóculo de visão noturna, dois rádios, um GPS, quatro lanternas e 53 armadilhas do tipo “bufete”**.

Os cinco ocupantes do veículo **receberam voz de prisão** e foram encaminhados para a Polícia Civil de Ipixuna do Pará. Eles deverão responder pelo **crime de porte ilegal de arma de fogo**. As armas, as munições e todo material apreendido foram entregues à autoridade judiciária.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



DEVASTAÇÃO

Ocupação em reserva da Agropalma trouxe danos irreparáveis

Cerca de 2.500 m² de área de floresta preservada foram devastadas, eliminando a fonte de alimentos para a fauna. Regeneração da cobertura vegetal pode levar cerca de 20 anos

domingo, 03/04/2022, 06:35 - Atualizado em 03/04/2022, 13:44 - Autor: Diário do Pará



As pegadas de veado que os guardas florestais da Agropalma encontraram no terreno que foi ocupado irregularmente pela Associação dos Remanescentes de Quilombos da Comunidade da Balsa, em fevereiro deste ano, comprovam que a vida tenta se recuperar naquele local. O rastro deixado pelo animal sugere que ele circulou por lá à procura de alimentos, mas não encontrou porque a área foi totalmente desmatada pelos ocupantes. Os veados têm uma dieta baseada em frutos e folhas de espécies nativas que podem levar cerca de 20 anos para voltar a existir no local devastado.

Cerca de 2.500 metros quadrados de área preservada foi desmatada pelos ocupantes. O problema pode ser visto inclusive por satélites usados no monitoramento da floresta. As imagens mostram o quanto o local perdeu área verde com a ocupação.

Nos últimos 14 anos, 1.029 espécies de animais foram catalogadas nestas reservas florestais. Quarenta destas espécies estão ameaçadas de extinção, como a onça pintada e o tamanduá bandeira. No que se refere a identificação de aves, um estudo desenvolvido pela Universidade Federal do Pará identificou mais de 400 espécies nas áreas preservadas pela companhia.

As florestas da empresa também são a salvaguarda para as espécies de vegetais que costumam ser alvos de atividades irregulares – como a extração

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

irregular de madeiras. Maçaranduba, angelim vermelho, ipê, paricá e sapucaia estão entre as que recebem vigilância e proteção permanente.

Neste sentido, cuidar destas florestas tem sido um desafio enorme. Em 2021, houve o pior registro de desmatamento da floresta amazônica nos últimos dez anos, segundo o Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon).

Os dados de 2022, certamente irão inserir o vestígio de destruição deixado pela Associação dos Remanescentes de Quilombos da Comunidade da Balsa durante a ocupação do território. Neste caso, os ocupantes retiraram toda a matéria orgânica que ficava sobre o solo e que garante a manutenção da vida vegetal, já que o solo da floresta amazônica é rico em húmus. O modo como foi realizada a retirada das espécies de plantas nativas dificulta o processo de recuperação e de regeneração da área afetada. A devastação foi tamanha que não é possível mais nem saber quais as espécies que existiam ali e foram destruídas.

No local, ainda estão os vestígios da ocupação. Alguns pedaços de tronco de árvore indicam que motosserras podem ter sido usadas na derrubada das árvores. Nas inspeções realizadas pela companhia, após a reintegração de posse, também foi constatado que madeiras foram queimadas no local criando um cenário ainda mais degradante.

Estudos desenvolvidos por pesquisadores do Instituto Peabiru, apontam que os poucos fragmentos de florestas primária e secundária ainda existentes no Brasil estão em propriedades privadas, como a da área da Agropalma. E, pela pequena parcela de mata nativa no Estado do Pará, qualquer degradação faz um grande estrago no ecossistema local.

A área desmatada é considerada reserva legal, conforme a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, também conhecida como o novo “Código Florestal”. O código estabelece normas gerais sobre a proteção da vegetação nativa, incluindo áreas de preservação permanente, de reserva legal e de uso restrito.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

CRIME AMBIENTAL

Diante do cenário encontrado, observa-se que a invasão pela Associação dos Remanescentes de Quilombos da Comunidade da Balsa resultou num crime ambiental. O caso já foi comunicado aos órgãos responsáveis. A empresa, por sua vez, acionou a Secretaria Municipal de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente de Tailândia (Sectma), município onde a área está localizada, e a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (Semas).

Também foi registrada a denúncia junto a Delegacia de Meio Ambiente (Dema) sobre a extração ilegal de madeira. A diretora administrativa da Agropalma, Marcella Novaes, destacou que a empresa está dando todo o apoio necessário para as investigações. “Estamos aguardando as autoridades competentes quanto às medidas cabíveis e esperamos que isso impeça novos danos ambientais”, pontuou.

CAÇA ILEGAL

As equipes de monitoramento das reservas florestais apontam duas grandes preocupações. Uma com a extração ilegal de madeiras nestas áreas – como já dito anteriormente – e a outra com a caça ilegal, que acabam vitimando também os animais ameaçados de extinção, como a onça pintada. Os guardas florestais conseguiram identificar e desmontar armadilhas artesanais construídas com arma de fogo no entorno da área desmatada pela associação. Algumas destas estruturas de armadilhas são conhecidas como “bufete” e costumam ser para a captura de animais de pequeno e médio porte.

ACORDO

A área que foi ocupada fica no terreno da antiga comunidade de Nossa Batalha, às margens do Rio Acará, em Tailândia, no nordeste paraense. O local, hoje, faz parte das áreas de reservas florestais da Agropalma. Os ocupantes chegaram no local no dia 6 de fevereiro reivindicando que seriam remanescentes de quilombo (da Associação dos Remanescentes de Quilombos da Comunidade de

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Balsa). Um dos argumentos levantados por eles para justificar a invasão seria um antigo cemitério que existiu ali.

Hoje, o que se tem sobre este, então, cemitério, é uma lápide em ruínas. No dia 17 de fevereiro, uma audiência de conciliação presidida pelo juiz André Luiz Filo-Creão Fonseca da Vara Agrária de Castanhal, e que foi realizada no plenário Edvard Monteiro Fonseca da Câmara Municipal de Acará, encerrou o conflito e garantiu a reintegração de posse à Agropalma.

Na ocasião, foi acordado que os ocupantes deveriam deixar a área em dez dias – e assim foi feito. A empresa continua a permitir o livre acesso ao local. A vala cavada para obstruir a circulação de pessoas não autorizadas pelo território da reserva florestal e da área de plantio de dendê já foi tapada.

Um sistema de controle de identificação de pessoas que pertencem às comunidades tradicionais será implantado e as comunidades tradicionais que circulam pelo local deverão usar. Porém, a associação ainda não apresentou a listagem com os nomes das pessoas para realização de cadastro de identificação. “Mesmo assim, todos os comunitários da região têm tido o acesso garantido dentro das áreas, observando as normas de segurança da empresa”, garantiu Marcella Novaes.

“A empresa investe dezenas de milhões de reais anualmente na preservação de sua fauna e flora, considerando a importância de sua reserva legal dentro do contexto municipal e estadual. A título de exemplo, a Agropalma representa, sozinha, aproximadamente 20% do total de floresta restante no município de Tailândia. Por isso, tecnologia e mão de obra sempre serão aprimoradas para prevenir e evitar ilícitos”, completou a diretora administrativa.

Uma equipe do Instituto de Terras do Pará (Iterpa) esteve na área para fazer um levantamento para definir a titularidade da área, que, até então, pertence a Agropalma. O relatório da vistoria ainda não foi concluído.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br